



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Ao décimo sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dezenove horas iniciou a audiência pública com o tema “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” presidida pela Vereadora Júlia Casamasso que iniciou sua fala: “Senhoras e senhores boa noite, é um prazer recebê-los nessa noite para esse importante encontro que vamos falar sobre a importância de ações efetivas para o combate da violência contra as mulheres, a Câmara Municipal de Petrópolis abre as suas portas para discutir os ciclos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, origens e formas de combate para abrir oficialmente nossa reunião gostaria de apresentar nossas ilustres convidadas. Primeiramente, gostaria de convidar a Karol Cerqueira, advogada e assessora especial do gabinete do prefeito Rubens Bomtempo, a senhora Magali Martins da Silva, subcomandante já tendo atuado em diversos postos da Guarda Civil Municipal com especialização em ronda escolar, ronda turística e na Patrulha Maria da Penha, convido também a delegada da 105ª DP de Petrópolis, Dra. Cristiana Onorato, convido a senhora Camila Zaiden, representante da Secretaria de Assistência Social, convido também a senhora Viviane Marques de Menezes, presidente da associação de moradores São João Batista e vice-presidente do COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Viviane é feminista e militante no Movimento Negro Unificado, convido a senhora Luana de Jesus, presidente da associação de moradores da Comunidade São Jorge, convido também a senhora Thaís Justen, advogada com histórico de atuação em processos em mais de seis estados, além do Distrito Federal, com atuação principalmente em temas ligados aos direitos das mulheres, atualmente coordenadora do Centro de Referência em Atendimento a Mulher de Petrópolis e não deixo de mencionar que Thaís foi premiada no dia anterior com o Destaque Jurídico de 2023. É uma honra poder estar nesse mandato e premiar mulheres tão relevantes para a cidade de Petrópolis como a Thaís. Queria convidar também a Kathleen Feitosa, integrante da coletiva feminista Popular, advogada e militante socialista e, por último, porém não menos importante minha querida amiga, Cecília Vieira de Melo, advogada Popular, mestre em teoria e filosofia dos direitos pela UERJ, trabalha com Assessoria Jurídica Popular, Raposos Indígenas, Comunidades Quilombolas tradicionais com assessoria jurídica atingidas por mega empreendimentos extrativos e de infraestrutura para desenvolver estratégias de defesas e suas vidas e territórios, ela realiza oficinas e atividades de educação popular feminista com mulheres, defensores de direitos humanos e socioambientais, muito obrigada a todas. É com muita satisfação que conduzirei os trabalhos do nosso encontro de hoje. Neste momento, abro oficialmente esta reunião, lembrando que estamos em conformidade com o edital 26 de 2023 publicado em duas edições de jornal de grande circulação de Petrópolis, a Câmara Municipal promove esta Audiência Pública hoje para que possamos discutir questões relacionadas a violência doméstica e familiar contra mulheres em uma abordagem que vai além da Lei Maria da Penha. Gostaria de lembrar que esta audiência está sendo transmitida pelo Canal 98 e pelo nosso canal no YouTube. Essa sessão será registrada em ata que, posteriormente, será publicada no site da Câmara Municipal de Petrópolis. Gostaria de designar a palavra para o Nobre vereador Dr. Mauro Peralta para secretariar os trabalhos desta Audiência. Gostaria de destacar, que depois das falas das participantes da

mesa nós abriremos para para participação dos presentes, para perguntas e para intervenções. Gostaria de passar a palavra agora para o nobre vereador Dr. Mauro Peralta para fazer a sua fala inicial." **Vereador Dr. Mauro Peralta** "Boa noite a todos presentes, aos telespectadores do canal 98, à nossa presidência e à presidente e autora da proposição da Audiência Pública Júlia Casamasso. Desejo que seja muito proveitoso e que a gente possa levar as decisões da Assembleia para boas leis nessa casa e também para o cumprimento fiel delas porque na verdade, a violência contra mulher, a delegada, que presente pode dizer que ainda tem subnotificação e além da subnotificação, tem o medo da pessoa fazer a denúncia e depois não ter como se manter e outras coisas. É muito importante que seja trazido, seja divulgado e sejam feitas proposições para que a gente consiga cada vez mais melhorar a situação dos nossos municípios. Muito obrigado, senhora presidente." O **Vereador Eduardo do blog** em sua consideração inicial parabenizou a Vereadora Júlia Casamasso pelo mandato técnico e voltado para causas que ela se comprometeu antes de estar ocupando a cadeira do parlamento, colocou seu mandato à disposição não só para estar votando junto, mas também auxiliando. Falou também sobre sua lei que é voltada para conscientização em relação a violência contra a mulher, citou também que muitas mulheres não entendem muito sobre seus direitos, que violência não é só doméstica, existem as violências verbais, psicológicas e obstétricas. Convidou a Capitã Endgie Paquiela, policial militar, para compor a mesa da audiência". **Vereadora Júlia Casamasso** "Queria saudar a presença da senhora Rosângela Fernandes que está representando a secretaria de educação, a Vitória Moura da União dos Estudantes de Petrópolis, a senhora Daniela de Freitas que está representando Reage Mãe, Ayane de Souza representando a UJS e a senhora Bárbara de Araújo da Guarda Civil, queria também saudar aqui algumas lideranças comunitárias que estão presentes, a Sueli do Alto da Serra, a Luana e a Vivi que já estão aqui na mesa e a Tatiane do Caxambu, muito obrigada pela presença de todas vocês, queria também pedir para constar em ata que a doutora Juliana Barreto está representando o gabinete do Vereador Hingo Hammes". A **Vereadora Gilda Beatriz** em sua consideração inicial disse que somos nós mulheres que assumimos todos os contextos, ter que trabalhar, ter que cuidar de filho, afirmou estar feliz depois de 10 anos, por ter mais uma mulher no plenário e torce para que muitas outras cheguem aqui porque é importante esse equilíbrio na Casa Legislativa, porque quem faz política para mulheres são as mulheres, e que espera que possamos tirar dessa audiência muitas coisas para ajudar a todas". **Vereadora Júlia Casamasso**. "O que você fez para ele te bater? Porque você não denunciou da primeira vez que você apanhou? Porque você não se separa dele? Ah mas ela provocou, Ah mas ela deve gostar de apanhar, Ah mas ele perdeu a cabeça ficou desesperado pelo amor pela paixão não correspondida e fez uma loucura, sobre diferentes formas e diferentes intensidades a violência doméstica e familiar contra as mulheres é f recorrente e acontece no mundo todo motivando crimes hediondos e graves violações de Direitos Humanos, mas mesmo assim frases como essas que eu falei agora ainda são amplamente repetidas responsabilizando sempre a mulher pela violência sofrida e diminuindo a gravidade dessa questão mesmo quando a sociedade diz rechaçar essas afirmações e estar em defesa das mulheres nós não temos políticas públicas suficientes de apoio às vítimas, as mulheres que denunciam seus agressores são descredibilizadas ou tratadas como menores por não terem um homem ao seu lado, são constantemente diminuídas por não terem uma família dentro do ideal social estereotipado que ignora que família não é só um homem, uma

AC

g

g

g

mulher e seus filhos isso se dá pela maneira como somos socializadas sobre um regime milenar de opressão de nossos corpos apenas pelo fato de sermos mulheres. Está atrelado a visão de mundo das pessoas que mulheres são necessariamente culpadas enquanto homens são coitados e sempre induzidos a cometer violências de forma natural, de acordo com estudo realizado pela OMS as taxas de mulheres que foram agredidas fisicamente pelo parceiro em algum momento de suas vidas varia entre 10 a 52%, no Brasil estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos, o parceiro, o marido, o namorado, um amigo, um ex e um irmão são responsáveis por mais de 80% dos casos reportados, em Petrópolis de acordo com a ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, nesse ano em somente seis meses já conta com 886 agressões, os dados do ISP (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro), informam que Petrópolis registrou 51 casos de estupro durante os seis primeiros meses deste ano, de acordo ainda com o último dossiê mulher lançado nesse ano, o município lidera no interior do Estado em violência contra mulher, de acordo com a base Nacional de dados do Poder Judiciário e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro recebeu em três anos 1732 casos judiciais para tratar de violência doméstica no Município de Petrópolis e a gente sabe que esse número está bem longe da realidade, apesar dos dados serem alarmantes muitas vezes essa gravidade não é devidamente reconhecida graças a mecanismos históricos e culturais que geram e mantêm desigualdades entre homens e mulheres e alimentam um pacto de silêncio e conveniência com esses crimes. Na pesquisa de tolerância social a violência contra mulheres do IPEA, 63% dos entrevistados concordam que casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família, 89% concordam que entre aspas "a roupa suja deve ser lavada em casa", enquanto que 82% ainda consideram que em briga de marido e mulher não se mete a mulher, e aí nós nos deparamos com um problema que é estrutural a maioria das leis e das normas frisam a urgência de reconhecer que a violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas é inaceitável, sobretudo que todos, o governo, os organismos internacionais, as empresas, as instituições de ensino e de pesquisa, a imprensa devem assumir um compromisso de não convivência com esse problema, essa questão é muito grave e impede a realização do pleno potencial de trajetórias pessoais, vitima famílias inteiras que acabam marcadas pela violência limitando o desenvolvimento social e coloca em risco mais da metade da população do nosso país. Por todos esses motivos e vários outros que ainda vamos discutir na noite de hoje, convocamos essa audiência pública para pensar em políticas públicas para as mulheres que garantam de fato que essas mulheres tenham o apoio necessário para romper com os ciclos de violência aos quais estão submetidas, só com muito debate, com muita reflexão e com muita vontade poderemos questionar a estrutura social que nos exclui e nos violenta cotidianamente, é preciso romper com essa violência que embasa todas as outras violências que sofremos, por isso passo a palavra a nossa primeira convidada de hoje, Karol Cerqueira". **Karol Cerqueira** "Que peso falar depois desse início, boa noite a todos e todas, meu nome é Karol Cerqueira, sou assessora especial do gabinete do prefeito, estou aqui representando o nosso prefeito e a chefe de gabinete e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da mulher, Luciane Bomtempo, e desde já agradeço pelo convite da Vereadora Júlia Casamasso, e cumprimento na figura dela, na pessoa da vereadora a todos e todas que estão presentes aqui hoje, sou advogada de formação, mulher negra e lésbica, ativista e defensora dos Direitos Humanos, militante e

secretária Geral do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no qual trago um abraço do nosso Presidente partidário Senhor Marcus São Thiago, é importante destacar em primeiro lugar os avanços da gestão do prefeito Rubens Bomtempo nos últimos 20 meses, lembrando que os primeiros 12 meses da nossa gestão foram retirados por uma decisão judicial que foi derrubada pelo Tribunal Superior Eleitoral em dezembro de 2021. Garantindo a democrática escolha do cidadão petropolitano, consagrada nas urnas em novembro de 2020, com a retomada da pauta em questão para o rumo do desenvolvimento dos equipamentos que fazem enfrentamento a violência na cidade, aí eu vou elencar um pouco do que a gente fez nesses últimos 20 meses, a reestruturação orgânica e física do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM Tia Alice), a construção de rede, comunicação e diálogo entre os equipamentos de enfrentamento à violência, sala lilás, CRAM e Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil, reestruturação e retomada do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher trazendo de volta a pauta para visibilidade e diálogo com o poder público, convênio com as delegacias da cidade para a criação das NEAM's já em andamento, criação dos comitês de enfrentamento a violência contra a mulher nas repartições públicas, plano de divulgação de denúncia em toda cidade com placas por todo Centro Histórico e terminais rodoviários, estruturação da Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil, que desde 2019 não tinha um equipamento qualificado para trabalhar em plantão de 24 horas como prevê a lei, construção do fluxograma de Atendimento à mulher na rede Municipal em parceria com o Ministério Público, trazendo na transversalidade do acompanhamento, a rede de assistência e análise de cada caso, isso tudo em 20 meses, apenas, de governo e para contextualizar também a Prefeitura de Petrópolis foi percussora na política pública de garantias e direitos da mulher criando COMDIM em 2003 no nosso primeiro governo, conselho paritário entre o poder público e sociedade civil e deliberativo, Petrópolis foi uma das primeiras cidades a ter o CRAM, inaugurado em 2007 no nosso segundo governo, um ano após a Lei Maria da Penha ser sancionada pelo primeiro governo Lula em 2006, a gente fez o CRAM, inaugurou o CRAM e o ônibus lilás em 2016 no nosso terceiro governo, e ainda é tempo de sonhar e realizar, estamos em construção junto com a sociedade civil e o movimento de mulheres para a criação da Secretaria de Políticas Públicas e Direito da Mulher e reitera o pedido de apoio da Câmara Municipal, na pessoa da Vereadora Júlia, no momento oportuno que esse projeto vier ao plenário, são muitos avanços na saúde, somos referência com o nosso Hospital Alcides Carneiro que foi todo reformado no ano de 2022 e 2023 nosso atual governo, do Atendimento à mulher na maternidade com parto humanizado, banco de leite, transporte para levar a mãe e o bebê depois do parto e estamos construindo a casa da gestante para melhor acolher as mulheres que estiverem em trabalho de parto. Também no setor oncológico, nossa cidade atualmente é referência no atendimento ao câncer de mama, com equipamento mais avançado para exames que identificam o câncer no seio, filas zeradas nos exames preventivos e clínicos no Centro de Saúde e muito mais, enfim, avançamos muito nos últimos 20 meses e nas quatro gestões do prefeito Rubens Bomtempo, esperamos continuar contando com o apoio fundamental de todos os setores da sociedade civil para continuarmos avançando no resgate da autoestima da nossa população e no desenvolvimento econômico e social para as mulheres especialmente no enfrentamento a violência à mulher e familiar que devemos extirpar da nossa sociedade. Eu acredito muito que esse lugar onde a gente está hoje, é o lugar da democracia, um lugar de

discussão, um lugar onde a gente realmente precisa estar falando sobre esse assunto, as minhas outras colegas que vão falar depois de mim estarão falando dos setores onde elas atuam hoje com plena excelência e eficácia junto ao poder público, que é sensível, que está à frente pensando sempre na melhor qualidade do serviço e que a gente está disponível para qualquer tipo de discussão falando sempre com a sociedade de uma maneira muito democrática criando espaços de discussão e de fala, então acho que hoje é uma oportunidade também para a gente estar aqui e mostrar todo o nosso trabalho efetivo durante esses 20 meses e nos últimos governos do prefeito Rubens Bomtempo. Quero agradecer novamente ao convite, mandar um abraço para Júlia e para todos os vereadores e autoridades, e público que está aqui, ouvintes nas redes sociais do prefeito e da chefe de gabinete Luciane Bomtempo, qualquer coisa pode conversar comigo, conversar com todas as pessoas do gabinete, a gente está sempre aberta a conversar e discutir todos os assuntos pertinentes da cidade, obrigada". **Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para a representante da Secretaria de Assistência Social, **Camila Zaiden**. **Camila Zaiden** "Boa noite a todos e todas, gostaria de cumprimentar e agradecer a oportunidade de estar aqui nessa mesa repleta de colegas. É de tanta relevância para o município, não só para o município mas que acabam engrandecendo a nossa rede, o nosso fluxo, os serviços e a discussão, que eu acho que é o primordial para essa noite, eu não vou me alongar muito porque quero escutar toda riqueza que a gente vai expor aqui, mas vou trazer um pouco da nossa vivência junto à Secretaria de Assistência, eu acho que a gente vai ter algumas discussões peculiares e como a Karol falou, vou falar um pouco da vivência que eu trago do nosso departamento de proteção social especial, a gente tem alguns equipamentos muito especificamente que vão trabalhar com a questão da vulnerabilidade, da violação de direitos e não vou me adentrar amplamente na questão da mulher, mas no departamento, mas especificamente no CREAS, a gente trabalha muito e recebe muito as notificações contra mulher idosa ou a pessoa idosa com deficiência. Então, eu acho que é importante a gente não ser simplista, a gente sempre tentar aprofundar essas discussões, trazer um caráter teórico e prático também das nossas vivências e para poder justamente apropriar e melhorar os serviços, hoje eu percebo que a gente tem uma interação e uma progressão nos serviços executados, o que não é bom por um lado, quanto mais a gente amplia o serviço, num ponto a gente consegue perceber que a gente está conseguindo receber mais as pessoas, dar mais encaminhamentos, só que a contrapartida disso é que a gente ampliando significa que cada vez mais a gente notifica e recebe a violência nos nossos equipamentos, então assim hoje o que a gente tem para observar e se eu puder fazer uma nota muito específica, a violência contra a pessoa idosa ela está majoritariamente no público feminino, é um público que historicamente já vem sendo negligenciado, a gente sabe que perpassa "N" variáveis, não somente a questão socioeconômica, mas o patriarcado durante muitos anos foi aquele que esteve à frente e hoje ainda, além de todas as discussões que a gente tem, ele ainda é predominante, por isso que a gente tem cada vez mais plantar o pé para essas discussões. Então, essa pessoa idosa que a gente recebe lá, está lotada de vivências, de violência, dos mais variados tipos. Dizer para vocês que o CREAS está aberto para discussão, para receber a todos e agradecer mais uma vez de estar aqui com vocês e poder discutir, estamos abertos a discussão, grata pelo espaço, obrigada pelo convite, boa noite para nós". **Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para a Capitã Endgie. **Capitã Endgie** "Bom, boa noite a todos, eu não

estou aqui representando o 22º Batalhão. Eu vim porque a Júlia esteve ontem no meu programa e eu não sei se vocês sabem, mas eu tenho um programa que fala sobre violência doméstica e violência de gênero aqui na cidade, eu já atuei aqui desde 2007 como oficial de ligação da Patrulha Maria da Penha, atualmente eu estou lotada em Teresópolis e trabalho com a Patrulha Maria da Penha, então eu vim, como eu falei com a Júlia, se desse tempo eu ia vir porque sou moradora de Petrópolis, tenho uma filha e atuo diretamente com a violência contra as mulheres. Não só a doméstica e familiar mas também a de gênero e essa audiência realmente é muito importante, porque a gente precisa traçar políticas públicas efetivas para nossa cidade, a gente está desde 2021 esperando a DEAM chegar, já foi aprovada, já foi assinada e até agora não houve nenhum movimento para trazer essa delegacia e a gente tem inúmeras mulheres, eu trouxe alguns números desde 2014 até 2021 que são os dados do dossiê mulher, 20.064 mulheres petropolitanas sofreram algum tipo de violência, 6.814 mulheres sofreram ameaça, a Júlia falou dos estupros, realmente esses seis meses 51, não é Júlia? Mulheres estupradas foram 717 mulheres estupradas de 2014 e 2021 só em Petrópolis e esses não são números reais, são números exorbitantes, mas não são reais porque existe subnotificações e a delegada está aqui para falar melhor do que eu, e sub-registros, então a gente precisa fortalecer as nossas mulheres para que elas tenham coragem de denunciar, mas a gente precisa ter equipamentos funcionais e efetivos para receber essa mulher, Petrópolis não tem nenhum abrigo para mulher que sofre violência. Então, ela continua sofrendo a violência, porque ela vai para onde? ela vai levar os seus filhos para onde? debaixo de uma ponte? vai ficar na praça da águia? Então a gente precisa ter pelo menos um abrigo de 24 horas, um abrigo temporário para receber essa mulher, eu lembro que eu estive aqui nesta mesma câmara, eu estava cedida ao Governo do Estado como superintendente de enfrentamento a violência contra mulher, quando eu propus essa Câmara uma parceria, um pacto, um termo de cooperação técnica para trazer para cá um CEAM (centro especializado de Atendimento à Mulher) em parceria com o Governo do Estado e até agora isso não saiu do papel. Acredito que ainda esteja engavetado até hoje, Petrópolis precisa para ontem ou melhor para anteontem políticas efetivas para tratar as nossas mulheres e as nossas meninas que estão sendo assediadas constantemente nos ônibus, que estão sendo assediadas constantemente na rua, a gente teve recentemente o caso da menina de Belo Horizonte estuprada plena madrugada após sair de uma festa e ninguém fala dos outros agressores, só do estuprador, a gente tem como agressor o uber e a gente tem como agressor o amigo que colocou ela dentro daquele táxi sem condições, então esses tipos de discussões que precisam ser feitas, a responsabilização direta de quem pratica violência e eu como uma pessoa que trabalha diretamente com violência e sendo fruto de um relacionamento abusivo, eu acredito que eu tenha total lugar de fala, quando eu me indigno quando eu vejo crianças sendo estupradas, quando eu me indigno vendo mulheres sofrendo violência obstétrica dos nossos hospitais em Petrópolis, mulheres perdendo seus bebês e eu falo de uma esposa de um policial que sofreu uma violência obstétrica absurda no Alcides Carneiro, onde ela teve seu intestino perfurado durante uma cesariana, isso é inadmissível mas ninguém fala, então essa audiência pública aqui é para tocar na ferida, é para falar dos nossos problemas, e Júlia você realmente está de parabéns porque a gente precisa tirar os esqueletos do armário, a DEAM precisa sair, a gente precisa ter um abrigo, a gente precisa ter centros especializados que tratem as mulheres, em Petrópolis para quem não sabe, a violência

psicológica é a que mais agride as mulheres, em Petrópolis para quem não sabe, o meio empregado da violência não é uma arma branca, não é uma arma de fogo, são socos, chutes e pontapés e em segundo lugar vem a verbalização, a violência verbal, a violência moral e a divulgação de imagens pornográficas, então isso precisa ser discutido na sala de aula, a gente precisa discutir isso nos gabinetes institucionais, dentro das delegacias, dentro dos quartéis, em todos os espaços públicos, então eu acho super importante e outra coisa também, que a gente comentou ontem, é inadmissível que uma mulher vá uma delegacia registrar uma violência doméstica e ela seja registrada como 9.099, é inadmissível, a gente tem 36,4% ainda de violências contra mulher sendo registradas na lei 9.099 isso é inadmissível, ontem o programa foi sobre a violência que a Maria da Penha está sofrendo agora, de estar sendo descredibilizada por um homem que agrediu duplamente e isso está sendo veiculado como uma verdade absoluta, então esses 17 anos de lei estão sendo ameaçados por conta de uma narrativa construída em cima de falácias, então Petrópolis precisa realmente se colocar à frente dessa discussão porque as nossas mulheres estão morrendo, nós tivemos oito feminicídios de 2014 para cá, oito mulheres, oito famílias destruídas e 35 tentativas registradas. Esse número é muito maior, então a gente precisa acordar para ontem, obrigada". **Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para a representante da Guarda Civil, Magali. **Magali Artis da Silva** "Boa noite a todos, quero agradecer a vereadora Júlia pelo convite, poder estar aqui representando o comando da Guarda Civil Municipal que, como a Carol disse, nós estamos implementando a Patrulha Maria da Penha, já estamos atuando desde março por solicitação da nossa secretária chefe de gabinete e ela me convidou e eu me senti lisonjeada de poder participar, estar à frente da Patrulha Maria da Penha. Porque como a Capitã Endgie disse, a violência é muito grande e principalmente em horários que não tem ninguém para ajudar, essa casa de acolhida que a gente precisa estar na rua 24 horas por dia é necessário, então a oportunidade que eu tive de selecionar, são muito bem selecionados todo o agrupamento que trabalha com a violência doméstica, eles são todos certificados pelo governo federal e trabalham a qualquer hora, o telefone pode tocar as duas horas da madrugada e qualquer vítima vai ser atendida, que nós estaremos lá, aí nos vem aquele problema e depois das quatro quando sairmos da delegacia o que nós vamos fazer com essa vítima? Então como a Capitã Endgie sugeriu, eu sou muito a favor, já comentei muito com a Thaís sobre isso, dessa casa, eu digo um acolhimento, nem que seja emergencial porque a última ocorrência, no último final de semana, 21:30h da noite, 105 DP, até 2:20 da manhã, graças a Deus fomos muito bem atendidos, foi lavrado um flagrante, ele ficou preso e nós podemos levar essa vítima de volta para casa dela, e se ele tivesse saído 5 minutos antes pelo portão? Nós não teríamos como pegá-lo, é que justamente passando a viatura foi sinalizado que havia gritos de criança, de mulher, barulho de vidro quebrando, e a Patrulha foi acionada imediatamente para atender e ele estava no portão se evadindo, foi contido e as 2:20h da manhã deixamos essa vítima em casa, segunda-feira estávamos junto com a Thaís lá no CRAM pronta para atendê-la, ela solicitou dois dias porque ela não tinha condição de se olhar no espelho, é muito difícil nós não termos como acolher essa vítima que sofreu tanto, é um abuso que vinha há 15 anos e ela disse para a gente que "eu só tive coragem de vir para delegacia porque eu achei que hoje ele fosse me matar" 15 anos de Sofrimento, de xingamento, de soco, chutes, pontapés e nós precisamos realmente estruturar isso. Hoje eu tenho um plantão que fica dentro da minha sala no batalhão, eu abri a sala do subcomando para eu

poder manter essa Patrulha 24 horas, porque a necessidade é muito grande, a Camila já me ajudou muito, já tivemos vítima que ela acolheu por dias e dias, então, a rede ela está funcionando, nós estamos fazendo o melhor que nós podemos hoje, mas nós podemos fazer muito mais e muito melhor, a equipe está realmente empenhada em lutar contra essa violência, é inadmissível a gente ver uma mãe ficar dentro de casa porque ela não tem como deixar o filho em uma creche, ela não tem uma vaga de creche para deixar o filho e procurar um emprego para ela poder sair, a Secretaria de Assistência Social ela nos ajuda muito, nós gostaríamos de ter acesso também a Secretaria de Educação, a pessoa da Adriana, ela é super aberta eu tenho certeza, mas nós precisamos estar mais juntos do que estamos hoje para solucionarmos os problemas com mais rapidez. Porque quem sofre violência tem pressa, não dá para esperar um mês, não dá para esperar no mês que vem, a gente precisa de uma ação imediata, então o melhor dos mundos é termos a DEAM, e essa casa de acolhimento, eu te agradeço Júlia e fico à disposição.”**Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para a Delegada Cristiana Onorato.**Delegada Cristiana Onorato** “Boa noite a todos e a todas, queria cumprimentar a mesa, cumprimentando a pessoa da Vereadora Júlia Casamasso pelo comprometimento de estar aqui falando sobre violência doméstica, falando dos enfrentamentos, e de criar políticas públicas para as mulheres que estão necessitadas e é uma data emblemática porque há dez dias atrás a Lei Maria da Penha completou 17 anos e a Lei Maria da Penha foi considerada pela ONU a terceira melhor lei do mundo, agora eu penso ela foi sim, porque no papel a lei Maria da Penha é perfeita, é linda, mas tem que se colocar em prática tudo o que ela diz ali, ela trouxe as cinco formas de violência doméstica que antes a gente não se falava, era violência física, violência sexual, violência patrimonial, que muitas vezes é invisível, a mulher não sabe dos seus direitos, como bem já falou a mesa, a violência temos psicológica também depois da lei, chegava na delegacia as mulheres falando que sofriam violência psicológica, que o homem humilhava, que o homem maltratava e a gente procurava no código, gente onde que eu vou colocar? Qual crime que eu vou colocar? E não havia. E isso veio agora recentemente em 2021 com a lei, até anotei aqui 14.188 que ela modificou o código penal e trouxe a violência psicológica também e ficou mais fácil para nós aplicadores, poder aplicar e pedir as medidas protetivas. Então quais são os avanços legislativos, maiores avanços que a gente teve foi a Lei Maria da Penha que é a nossa terceira melhor lei, tivemos essa lei que agora trouxe essa violência psicológica, que trouxe também o sinal vermelho, o programa sinal vermelho para quem não conhece é quando a mulher vítima de violência ela não consegue ir aos órgãos porque o marido está sempre junto, então o que que ela faz, ela pode no comércio, os cartórios também já abarcaram a lei do sinal vermelho e mostrar, ela faz só um sinal, um x vermelho na mão e ali ela vai dizer que está sofrendo violência doméstica, a pessoa do outro lado do balcão ela já está identificando e ela já liga para polícia, também foi uma grande inovação, e o que que a gente tem no estado, eu não me apresentei mas eu sou delegada de polícia há 15 anos, sempre atuei em delegacia de atendimento da mulher DEAM Centro, DEAM de Caxias, DEAM São Gonçalo e eu fui convidada também para assumir a subsecretaria de políticas para mulheres do Estado, então fui subsecretaria de políticas para mulheres, para mim foi um grande desafio porque eu sempre estava ali na frente na delegacia e depois quando eu fui convidada assumir a pasta do governo eu fui para o outro lado e fiquei “nossa agora eu tenho que fomentar as políticas públicas para as mulheres”, o que que as mulheres precisam? No Estado e que eu

vi, quais são os equipamentos de proteção que a gente tem para enfrentamento da violência contra mulher? a gente tem os CEAM's, que o município de Petrópolis não tem, a gente tem 14 delegacias de atendimento à mulher no Estado, em Friburgo se tem uma DEAM onde a população é muito menor que a população de Petrópolis e nos locais que não há DEAM que é uma delegacia específica de Atendimento à mulher, o que se fez, foi feito o NEAM, o que é NEAM para quem não sabe, é o Núcleo Integral de Atendimento à mulher, é uma sala quando colocada dentro da delegacia, uma sala de acolhimento, eu convido a todos ir visitar a 105 DP que lá tem uma sala, muito bonitinha, na cor do feminismo, uma cor lilás para atender às Mulheres vítimas de violência e são atendidas por policiais mulheres também, mas para que serve NEAM, o NEAM serve porque não tem uma DEAM, então para suprir essa falta fez esse paliativo, esse NEAM, e quando se criar a delegacia de Atendimento à mulher, esse NEAM na delegacia vai perder o objeto, não precisa mais existir porque a gente vai ter uma delegacia, formada por policiais, com viaturas para atender aquela mulher vítima de violência, porque todos sabem se a mulher vítima de violência chega numa delegacia e ela quer tirar os pertences tem que um policial acompanhar a mulher até a sua residência para poder garantir que ela possa tirar seus documentos, as roupas e por isso é muito importante, sim como todos aqui da mesa já falaram de uma delegacia de Atendimento à Mulher, outra coisa que se tem no Estado e que não se tem em Petrópolis, o abrigo, precisamos sim do abrigo porque a gente falar "temos que criar delegacia de Atendimento à mulher" "a mulher tem que denunciar", todo mundo incentiva a mulher denunciar, mas e depois? ela denuncia, para onde ela vai? Tem que ligar lá para CEJUVIDA para tentar uma vaga no abrigo no Rio de Janeiro, porque liga para o Rio de Janeiro para tentar abrir mais um abrigo, só tem um abrigo em todo o estado, que é na Baixada Fluminense, é o único local que você tem o abrigo, então uma mulher daqui da Região Serrana ela tem que descer, disputar uma vaga para ir lá para o centro, é isso que se tem, então o que Petrópolis precisa é de um abrigo e esse abrigo em Petrópolis ele pode abraçar toda a região serrana, então eu acho de extrema importância isso, não é só falar "Ah temos que criar DEAM" sim temos que criar DEAM, uma delegacia especializada, porque Friburgo também tem essa delegacia e Petrópolis como tem uma população muito maior precisa de uma delegacia de atendimento, mas também precisa de toda a rede de enfrentamento, os CEAM's é muito necessário, aqui a gente tem o CRAM, é muito bom que faz todo o trabalho específico do CEAM, mas o Estado tem CEAM, Petrópolis precisa de um CEAM e os abrigos também porque a gente tem que dar a essa mulher garantia de colocar, reinserir ela no mercado de trabalho, a gente precisa capacitar ela, ela que vem sofrendo com aquela violência psicológica que acaba com a mulher, então ela precisa sentir uma assistência psicológica, ela precisa de todo amparo que se dá no CEAM e eu acho que é isso, eu acho que a demanda, não sei se eu já passei, mas é dizer que a gente não tem que romantizar a violência, nada muda instantaneamente, é preciso falar, é preciso estar aqui, é preciso sim debater políticas públicas e falando que a gente dá conhecimento e capacita as pessoas, eu queria agradecer muito a presença, a minha oportunidade de estar aqui, falando com vocês e compartilhar as minhas experiências, obrigada." **Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para a vice-presidente do COMDIM, Viviane. **Viviane Marques de Menezes** "Boa noite a essa casa, fico muito feliz de poder contribuir nessa audiência que é tão importante, relacionadas políticas públicas que realmente contém para as mulheres de Petrópolis e como vice-presidente do Conselho, do COMDIM, a gente tem levado, têm chegado

a nós muitas demandas de mulheres que sofrem violência e a gente encaminha para o CRAM, que nós conselheiras não temos especialização para estar cuidando desse assunto, então a gente tem o CRAM que é um órgão muito importante dentro do município, só que eu acredito que a sensação de frustração não só das conselheiras, quanto o CRAM, é saber que aquela mulher vai voltar para casa, porque ela não tem para onde ir. E assim a gente sabe e não é nenhuma novidade para ninguém que esses índices de violência de que 62% das mulheres que sofrem essas violências são negras e a gente sabe que esses índices é apenas a ponta do iceberg, porque quem está dentro da comunidade como eu que estou atualmente como vice-presidente da comunidade a qual eu sou cria de lá, a gente sabe que é no apagar da luz que o coro come, a gente sabe que a maioria das mulheres que estão dentro da comunidade não vê graça ao pôr do sol, pelo contrário, quando elas veem, quando elas começam a perceber que o pôr do sol está chegando é que chega o medo delas e a gente precisa dentro desse município, que é uma cidade totalmente patriarcal, que se diz tradicional, e que segrega as comunidades, a gente precisa de creches que atendam pelo menos até sete horas da noite. Porque como estamos nas comunidades, um ônibus demora uma hora, meia hora, as mulheres não consegue pegar essa criança no ônibus, dentro da creche, e aí ela tem que pegar, isso eu tô falando das mulheres que conseguem trabalhar, porque a mulher que sofre violência já tiraram tudo dela inclusive o direito de ter uma renda, o agressor já tirou tudo dela, e essa mulher que ainda consegue trabalhar ela não consegue ter uma renda para sair dessa situação de agressão porque ela tem que pagar alguém para pegar a criança na creche, ela tem que pagar alguém para ficar com a criança depois do horário de expediente, essa é a nossa realidade. Essa é uma das nossas demandas, a gente precisa sim de uma casa de passagem porque os outros mecanismos estão funcionando mas quando essa mulher pensa que ela vai na delegacia vai fazer uma denúncia e ela não tem para onde ir nós estamos revitimizando essa mulher novamente, então eu conto com essa casa, com essa audiência que é tão importante, um assunto tão relevante e para nós que estamos dentro da comunidade a gente entende que essa situação da casa de passagem é para ontem e também é de uma necessidade muito grande a efetivação a criação da nossa secretaria, a secretaria da mulher. E aí eu conto com amor, com realmente tirar da falácia, para que todos nós possamos pensar em um agrupamento porque é isso que as mulheres precisam, precisam de grupos para começar a tratar violência, elas precisam de pessoas que estejam em grupo para tratar essa violência e aí eu peço essa casa que quando chegar essa lei que a gente possa fazer, possa ser votado a favor da nossa secretaria, porque a gente vai conseguir ampliar os trabalhos do CRAM, a gente consegue trabalhar política pública realmente de fato para mulher de comunidade que está segregada dentro das Comunidades. Lembrando que a maioria, ou seja 62% das mulheres que sofrem agressão são negras, e aí a ponta do iceberg das mulheres negras que sofrem agressão é só uma pontinha, porque o que a gente vê dentro da comunidade são as mulheres apanhando à noite e acordando roxa no dia seguinte indo trabalhar, às vezes perdendo a hora de levar o filho na creche, porque passou a noite sendo perturbada por um agressor e ela tem que levar o filho na creche roxa, violada de todas as formas, e o que a gente vê é que a maioria dessas mulheres são negras e elas não vão denunciar porque elas não têm para onde ir, essa audiência é muito importante para a gente tratar realmente as políticas públicas, a gente precisa de uma DEAM, a gente precisa de uma casa de passagem, a gente precisa de horários flexíveis para as nossas mulheres e é isso.

Eu agradeço por estar aqui e poder contribuir na fala nessa audiência tão importante para nós mulheres." **Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para Luana, presidente da associação de moradores da Comunidade São Jorge. **Luana Jesus** "Boa noite a todos, é um prazer estar aqui hoje participando dessa mesa, quero agradecer a vereadora Júlia que fez o convite, eu nem esperava, mas estamos aqui, então gente eu vou deixar aqui meu ponto de vista, eu acho que nós mulheres líderes comunitárias precisamos buscar mais meios de apoio para que essas mulheres vítimas de violência sejam mais assistidas, porque eu acredito que muitas mulheres não tem nem coragem de denunciar pelo fato, do que a Viviane falou agora, porque elas não tem nem para onde ir e muitas das vezes a retaliação que elas passam depois de denunciar é pior do que elas sofrem antes, então muitas das vezes elas preferem ficar caladas, muitas mulheres não sabem que a violência não é só na cara, que também existe violência psicológica, existe mulheres que são diminuídas, que são violadas psicologicamente e que morrem doente, não morrem nem é fisicamente, mas morrem doente porque sofrem a vida inteira e muitas mulheres se permitem estar nessa situação porque começam a pensar que elas merecem estar nessa situação, muitos agressores conseguem colocar isso na cabeça da vítima, que ela merece estar naquela situação então não consegue sair daquela situação, então eu acredito que tem que haver mais sim meio de comunicação para que essas mulheres possam ser assistidas, para que essas mulheres tenham coragem de denunciar o seu agressor, que muitas das vezes tem um relacionamento com a vítima e para que elas tenham força para sair dessa situação, é real que o número de feminicídio cresce a cada dia e a lei da Maria da Penha está aí, mas muito das vezes ela só ajuda depois que a pessoa morre, eu vejo muito assim, muita das vezes as mulheres têm medo de denunciar porque elas não têm assistência necessária, por isso que eu acredito que tem que haver novas leis, que essa lei de repente seja mais ampliada também, para que essas mulheres possam encontrar recursos e possam ser assistidas da forma que elas merecem. Porque mulher merece sim ser bem tratada, mulher tem que estar no lugar onde ela merece estar, e é isso, eu agradeço." **Vereadora Júlia Casamasso** passou a palavra para Dra Thaís Justen, representando o CRAM. **Doutora Thaís Justen** "Boa noite a todas as pessoas aqui, queria primeiramente agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui nessa casa fazendo esse debate, cumprimentar a vereadora Júlia e toda a coletiva e na figura dela todos os presentes e dizer que para mim é muito importante que a gente esteja aqui fazendo esse debate, a lei Maria da Penha surgiu assim, de debates entre mulheres. Então para que a gente possa construir melhor a rede de enfrentamento, para que a gente possa analisar onde estão as nossas faltas e pensar em como aprimorar os serviços que a gente já tem, a gente tem que estar aqui conversando até porque assim que a gente fortalece a rede e nenhum serviço ou órgão aqui sozinho vai conseguir dar conta do problema da violência mas quando a gente olha, olho no olho, quando a gente vê, apresenta as nossas demandas, coloca também as nossas preocupações aí sim a gente está fortalecendo uma rede capacitada e sensível, e a gente tem uma chance maior de estar conseguindo auxiliar essas mulheres que estão em situação de violência. E aí eu não vou me alongar muito no que o município tem feito porque a assessora especial do gabinete, Karol Cerqueira, já apontou os inúmeros avanços que nós temos tido, vou falar mais do CRAM especificamente, primeiro eu queria mencionar os nossos números, desde que o CRAM foi criado nós atendemos 5.166 mulheres, só esse ano até o final de julho nós fizemos 1.084 atendimentos, isso dá cerca

de oito atendimentos por dia, em alguns casos esses atendimentos são em grupo mas em outros casos, um único atendimento dura um dia inteiro, porque a gente faz um primeiro atendimento, a gente acompanha até a delegacia, a gente acompanha para fazer exame de corpo de delito e acompanha, às vezes, depois também até o abrigo, foram 239 novas mulheres atendidas, eu trouxe mais dados mas eu não quis ficar aqui só falando de número, talvez uma outra oportunidade a gente possa falar disso, dados do CRAM especificamente, eu achei que era melhor falar um pouco de qual que é a nossa atuação na cidade, do que a gente faz, primeiro eu acho importante a gente falar que o CRAM ele é regulamentado por uma norma técnica de padronização, uma norma técnica Federal, e é tarefa do CRAM ser um articulador da rede de enfrentamento a violência na cidade, o CRAM não é portanto só um departamento que tem que dar conta de todos os tipos de atendimento, ele é um articulador, porque a gente precisa que toda a rede esteja capacitada para estar atendendo a mulher porque ela vai ter demandas que são assistenciais, demandas que são de saúde, demandas que são da educação, e essa rede precisa estar funcionando, então nem sempre a resposta é a criação de vários novos equipamentos especificamente para mulher, muitas vezes a resposta está em capacitar os equipamentos que já existem e vão atender essa mulher de outra forma, até por isso que a gente criou, o município criou os comitês de prevenção e enfrentamento a violência, hoje foi a nossa primeira capacitação, reunião de capacitação, fiquei muito feliz, foi muito rica e eu senti que as pessoas estão muito animadas e eu espero que com isso a gente possa estar fomentando inclusive esses comitês também na iniciativa privada, mas voltando aqui para não me perder, falando um pouco mais do que a gente tem feito, enquanto articuladores da rede a gente tem entendido muito a necessidade de ir e fazer capacitação nessa rede, ano passado nós fizemos uma ampla capacitação para saúde e a saúde é quem está no território, quem está direto com essas mulheres, esse ano nós fizemos entre a roda de conversa, cursos, capacitação, mais de 35 ações, nós fizemos a capacitação para guarda municipal, para Patrulha, que tem um olhar super sensível e estamos agora com os comitês também cuja ideia, os comitês, eles têm como entre outras coisas, viabilizar capacitação continuada sobre violência de gênero para os membros das secretarias, criar protocolos destinados ao combate de todo e qualquer discriminação contra as mulheres, tem também como atribuição criar protocolos destinados a amparar as mulheres no exercício da maternidade no âmbito de sua secretarias, visando combater a discriminação contra as mulheres e acompanhar casos de violência, então quando a gente cria protocolo dentro da secretarias a gente está fazendo com que cada espaço seja capacitado para estar recebendo essas mulheres, também a tarefa do CRAM é estar desconstruindo os estereótipos de gênero que muitas vezes fundamentam a violência como a vereadora comentou no início de sua fala, por isso nós apostamos muito numa ida até o território, eu acho muito importante destacar isso, é uma característica da nossa gestão fazer grupos, rodas de conversa e cursos nos territórios porque a gente entende que essa é uma opção de política pública. Quando a gente está fortalecendo que essas mulheres estejam organizadas e articuladas com os equipamentos da rede, nós sabemos que por mais que a gente trabalhe muito, muitas mulheres não chegam até o serviço, e sim nós temos por exemplo, o ônibus lilás, mas o número de atendimento dele não é muito amplo porque muitas mulheres não sentem à vontade de entrar até o ônibus, ele serve muito como uma propaganda, ele chama atenção, então ele vai na comunidade e a gente faz uma roda de conversa, naquela roda de conversa a

gente descobre inúmeras mulheres que sofreram algum tipo de violência, que estão em situação de violência, e podemos ali pensar às vezes conjuntamente com aquela mulher em como sair daquela situação, eu poderia falar um pouco mais do nosso trabalho que eu acho importante mas antes disso como foi muito falado a questão do abrigo eu vou falar dele, se tiver tempo depois eu falo um pouquinho do nosso trabalho, desde que nós entramos, nós, gestão Rubens Bomtempo, que eu entrei no CRAM, nós fizemos uma parceria com um projeto Acolhe que é um projeto na iniciativa privada da rede Ebony e da Rede Accor, que acolhe mulheres em situação de violência em hotéis, ele não é uma casa de passagem, que aliás, embora eu acho muito importante, eu não tenho conhecimento de alguma que funcione bem, pelo menos no Estado do Rio acho que até faltam dados sobre isso, mas infelizmente embora ela tenha sido prevista, a gente vê uma ausência de forma geral delas e depois eu vou falar até um pouco porque disso, mas o projeto Acolhe, ele acolhe essas mulheres, então a gente atende a mulher que está em situação de violência, se a gente identificar junto com ela que ela precisa de um local para ir por uns dias ela fica ali no hotel e somos nós também que articulamos, durante o nosso horário de funcionamento, o encaminhamento da mulher para o lar da mulher que é o abrigo sigiloso Estadual, é importante a gente citar que uma coisa que a gente observa é que muitas mulheres não querem ir para o abrigo porque em função das próprias regras do abrigo, quando a gente está pensando num abrigo mesmo e não no programa de moradia para mulher a situação de violência, essa mulher ela precisa ficar protegida, amparada, isso significa preferencialmente que esse abrigo ele tem que ser sigiloso, se ele tem que ser sigiloso ela não pode sair para trabalhar, se ele tem que ser sigiloso ela não pode ficar falando com os familiares dela, então como é que o abrigo Estadual resolve isso? A mulher entra e entrega o celular dela, é retirado o chip, ela não pode ter acesso à internet, no projeto Acolhe ela pode ter acesso à internet, porque ele é para casos que não são de uma gravidade extrema, mas ela também não pode ficar saindo para ir trabalhar e se a gente vier a criar um abrigo no município, acho que a gestão Rubens Bomtempo é uma gestão extremamente sensível, Karol mencionou aqui várias coisas, eu poderia ficar muito tempo também falando sobre isso, mas nós temos que pensar também se estamos aqui discutindo, eu acho que essa ideia pensar em como deve ser a política pública, não só jogando a ideia mas pensar de fato, temos que pensar também nos problemas das ideias para pensar em resolvê-los, então se viermos a criar um abrigo como ele seria? Isso é uma coisa importante a gente pensar, porque se a gente está falando de abrigo para mulher em situação de violência, a gente está falando em algo que é sigiloso, e se é sigiloso não é possível por exemplo, que uma mulher em situação de rua vai para esse abrigo, eu sei que é horrível ouvir isso, é horrível falar também, mas por que não é possível? Porque se ele é um abrigo sigiloso a mulher tem que ficar ali e esse é o nome, o que eu vou falar agora, é o nome que o abrigo sigiloso dá, ela tem que ficar confinada porque se ela sai ela compromete a localização desse abrigo. Então ela faz com que o agressor possa saber onde esse abrigo é e possa por exemplo tacar fogo, a gente já teve caso assim na cidade e além de estar colocando a vida dela em risco, está colocando a vida de outras pessoas ali em risco, inclusive as pessoas que trabalham ali, se ele tem que ser sigiloso essa mulher, isso são as regras do Abrigo Estadual, são as regras gerais, ela não pode ser uma pessoa que está em situação de dependência de álcool e drogas porque senão ela pode não conseguir também ficar confinada, então não pode estar em surto psiquiátrico, se não ela vai colocar outras

peças em risco, além disso a gente tem um problema dos dependentes dessa mulher, muitas vezes a mulher não sai da situação de violência porque ela tem dependente, quando são filhos de até 14 anos o Abrigo Estadual por exemplo aceita, o programa Acolhe por ser em hotel ele aceita dependente de qualquer idade, filhos maiores de idade, pais dessa mulher, podem ir para o abrigo, mas se a gente for pensar num abrigo a gente também tem que colocar um limite de idade para esses dependentes e muitas vezes a mulher não vai aceitar sair por isso, porque ela vai ter que abrir mão do emprego, ela vai ter que abrir mão dos dependentes, dos animais de estimação, a gente já teve um caso de um abrigo em que para a mulher ser abrigada a gente teve que fazer uma articulação para um lar temporário para o gato, porque ela só aceitava sair e eu particularmente entendo completamente, se o gatinho dela ficasse protegido, porque a gente sabe que a violência às vezes se estende até aos animais também, então acho que é importante a gente mencionar isso aqui porque quando a gente está conversando aqui e eu não estou querendo dizer que a gente tem tudo que precisa na rede municipal não é esse meu objetivo, mas quando a gente está conversando aqui a gente tem que lembrar sempre da importância da rede, rede significa município mas também Estado, União, cumprindo as suas tarefas e rede significa todo mundo pensando o que pode fazer no limite das suas possibilidades, a gente tem que pensar no ideal e pensar nas nossas possibilidades também, então a gente tem uma rede estruturada tanto no município como a nível estadual e a gente tem que pensar em como fazer essa rede funcionar melhor, inclusive com articulação também com o próprio Estado, nenhum CRAM funciona 24 horas que eu tenha conhecimento. Eu sou advogada de formação e mestrando em Direito, trabalho mesmo antes do CRAM, muito na defesa dos direitos das mulheres, conheço várias pessoas daqui desses espaços e aí o que acontece, nenhum CRAM funciona 24 horas, porque não é a tarefa do CRAM funcionar 24 horas, a ideia realmente para quando a mulher sofre uma violência fora do nosso horário de trabalho, é ela ir para o CEJUVIDA que é a central judiciária do abrigo, talvez a gente tenha que estreitar laços com CEJUVIDA para pensar, ou a CEJUVIDA pode vir buscar uma mulher e levar para o abrigo sigiloso, ou a CEJUVIDA pode fazer uma articulação com projeto Acolhe, o CEJUVIDA pode vir buscar, se ele não pode vir buscar, quem pode levar? delegacia pode levar? Se essa delegacia não pode levar, como que a gente pode fazer? Eu acho para a gente pensar de forma séria, comprometida em fortalecer essa rede, é importante a gente estar apontando tudo que a gente tem, tudo que falta, e qual é a competência de cada órgão também, não estou me opondo a um abrigo, por favor não entendam isso, mas fico também preocupada em criar uma coisa de qualquer modo sem que a gente pense de fato em como ela pode ser e fico muito preocupada também quando eu penso que o município às vezes parece que precisa, sozinho, dar conta de todas as demandas, particularmente, trabalhando no CRAM eu sinto muita falta além da delegacia especializada, também de uma defensoria e de um Juizado especializado, a gente tem o Juizado adjunto e funciona muito bem, o juiz Afonso conduz bem, mas a gente precisa de mais que isso. Precisamos de uma defensoria, todos os equipamentos, sejam municipais, sejam estaduais, hora e meia me perguntam "Poxa, mas o CRAM não pode fazer um pouquinho mais na parte jurídica?" e a prática é que a gente acaba fazendo um pouquinho mais, a gente acaba tapando buraco, só que isso não é o ideal, o ideal é que tenha aquele equipamento especializado que tenha a competência específica para aquilo, o CRAM não tem as atribuições que a defensoria tem, ele não pode fazer determinadas coisas que a

defensoria pode, então precisamos de uma defensoria da mulher, como que, enquanto município podemos fazer? Será que a câmara pode enviar um ofício, de repente? Será que podemos aqui tirar uma indicação de uma movimentação para que a gente consiga ter essa criação, isso seria muito importante, porque muitas coisas que nós, como CRAM, devemos fazer e volto a dizer somos articuladores da rede e devemos atender a mulher para acolher, orientar e pensar junto com ela saídas, mas não temos que ser um departamento que vai dar conta de tudo, nenhum município tem um departamento que dá conta de tudo, nós temos que ter a rede articulada, então o CRAM tem que ser um articulador da rede mas para que consigamos ser um bom articulador temos que ter também mais espaços de atendimento e eu sinto falta desses espaços no estado, a defensoria, por exemplo, me faz muita falta aqui, um Juizado especializado me faz muita falta, uma articulação melhor com o próprio CEJUVIDA para um abrigo noturno no abrigo Estadual eu sinto muita falta, eu tinha dito outras coisas mas meu tempo deve ter acabado, então eu vou só encerrar dizendo que eu realmente fico muito feliz, para mim esses espaços são muito importantes, acho que a gente tem que se ouvir mais, agradeço tanto o convite como a parabenização pela iniciativa, acho que vocês têm vários projetos muito interessantes e espero que dessa conversa, todos nós aqui presentes vamos sair com mais ideias e mais projetos em diálogo".

Vereadora Júlia Casamasso passou a palavra para a Kathleen Feitosa. **Kathleen Feitosa** "Oi gente, Boa noite. Eu sou Kathleen, faço parte da Coletiva Feminista Popular, estou no gabinete da vereadora Júlia Casamasso, nossa representante, sou advogada de formação mas sou militante feminista e socialista e estou aí nesse debate há algum tempinho, estou ouvindo as provocações da mesa, fica uma frase muito grande na minha cabeça que a conta não fecha, a gente divulgou bastante a audiência pública, a receptividade das pessoas, das mulheres principalmente, é incrível nessa pauta, porque você vê mulheres jovens, mulheres idosas, todas elas quando ouvem que o debate é sobre violência doméstica falam "isso aí, é um absurdo, isso ainda acontece" a gente muito provavelmente já sofreu violência doméstica ou tem uma amiga que já sofreu ou já presenciou uma situação na nossa frente de violência doméstica, mas ao mesmo tempo a sociedade continua naquele questionamento, por que essa mulher se sujeita isso? Por que ela está se sujeitando a isso? Ao mesmo tempo em que a mesma sociedade cristã que diz que a mulher sábia edifica seu lar. Então, são muitos sinais trocados, o tempo todo a gente vê audiência pública cheia, a gente sabe que as mulheres estão preocupadas com esse tema, mas como é que ele persiste mesmo depois de uma lei tão importante, tão relevante quanto a Lei Maria da Penha, são muitas coisas que parecem não conversar entre si e a minha provocação vem nesse sentido, de que na verdade tem uma lógica, tem um sentido, não é o acaso que esses sinais estão trocados, um ponto que eu acho importante da gente trazer aqui que é especificidade desse crime, diferente de um outro crime, que é isso saio aqui alguém rouba minha bolsa, eu não conheço esse criminoso, eu não tenho uma relação com ele, então é de alguma forma tranquilo e até natural que eu, de fato, acione o sistema de justiça, queira que a lei penal vá lá, prenda, reaveja meu bem, mas a gente está falando de um crime que acontece dentro de casa, que mais do que dentro de casa, acontece em relações muito íntimas, que acontece de uma forma muito profunda que mexe com a gente, mexe com a nossa autoestima, mexe com a nossa idealização de vida, eu acho que é muito importante a gente ter esse olhar cuidadoso sobre essa questão que é específica mas que faz toda a diferença. Eu peguei um dado aqui, por exemplo, do Senado de 2017, que apontava que 100%

das mulheres entrevistadas conheciam a Lei Maria da Penha, não é uma questão de desconhecimento, de não saber de alguma lei, pode não conhecer profundamente, pode não saber exatamente quais medidas protetivas existem, mas há um conhecimento da Lei e o que falta para as mulheres poderem acessá-la e poderem mudar suas vidas, poderem mudar sua realidade, eu acho que essa é uma resposta muito complexa e que não fica só na questão da conta da Lei Maria da Penha, não fica só nessa resposta penal e punitivista que muitas vezes é o nosso primeiro ímpeto, vendo uma violência tão injusta, tão covarde, é isso vamos chamar justiça e vamos fazer alguma coisa, mas é um problema muito profundo, muito arraigado, é isso, o fato dele estar tão alastrado na sociedade durante tanto tempo, é curioso porque a gente vê os dados e algumas pessoas falam, "Nossa hoje em dia tem mais violência doméstica do que antigamente", não tem, a questão é que os dados são tão ocultos, os dados são tão difíceis de serem extraídos que eu entendo que hoje a gente tem mais mulheres entendendo o que é violência, mais mulheres articuladas e com condições de denunciar essa violência, por isso o número sobe, mas ao mesmo tempo ainda sobe de maneira insuficiente para dar conta dessa realidade que a gente percebe que é uma realidade que de alguma forma perpassa a vida de todas as mulheres que estão aqui, que estão assistindo. Só um outro dado também que eu achei interessante, que houve uma pesquisa realizada entre Janeiro de 2020 e maio de 2022 sobre as medidas protetivas de urgência solicitadas nesse período, e de 9 a cada 10 pedidos foram efetivados, ou seja, o Poder Judiciário tem sensibilidade sobre o tema, efetiva a medida protetiva, mas de novo a medida protetiva não está sendo suficiente para livrar mulheres do feminicídio, a efetivação da medida protetiva não está sendo suficiente para nós estarmos seguras nas nossas casas hoje, e aí um outro elemento que eu acho muito relevante trazer para discussão é o ciclo da violência, porque eu acho que entender o ciclo da violência doméstica é entender muito da dificuldade dessa mulher de procurar sair dessa relação, seja pela medida protetiva, seja por meios próprios, esse homem, ele não é violento o tempo todo, esse homem não é agressivo o tempo todo e acho didático, a gente sempre fala e reforça essa questão do ciclo, porque as mulheres precisam compreender que esse homem tem um momento de rompante, tem um momento em que ele fica violento, mas depois ele pede desculpas, mas depois ele diz que está arrependido e depois ele inicia uma fase que as pessoas chamam quase de lua de mel, em que ele tenta agradar a mulher, em que ele de novo é esse príncipe encantado, é esse cara com quem ela teve um bom relacionamento durante algum tempo, para de novo o ciclo recomeçar e de novo ele ser violento, isso de alguma forma essa informação é poderosa a medida que permite que as mulheres se avaliem e parem de acreditar na palavra desse homem, e avaliem se a situação de vida dela e se o contexto familiar delas é esse, de uma violência que acontece periodicamente que pode vir seguida de desculpas, que pode vir seguida de bons momentos com esse homem mas que essa violência retorna e sempre retorna. E aí entendendo que a Lei Maria da Penha e os mecanismos penais são insuficientes para lidar com fenômeno tão amplo e tão presente na nossa vida eu fico pensando, quais são as possíveis respostas? Eu acho que a Lei Maria da Penha é tão boa que ela dá para gente algumas respostas, ela dá o fomento do debate sobre violência doméstica e familiar na sociedade, nas escolas, com organizações da sociedade civil, de maneira ampla para que todas as mulheres tenham conhecimento sobre isso e ganhem instrumentos para poder sair dessa situação. Ela também fala no artigo 8º inciso primeiro da Integração operacional do Poder Judiciário, do MP, da

Defensoria Pública, com áreas de Segurança Pública, Assistência Social, saúde, educação, trabalho e habitação, e eu, após a fala da Thaís, faço coro a isso, a gente está pensando a violência doméstica e familiar a partir desses eixos, do cuidado em saúde com essa mulher, principalmente no cuidado em saúde mental dessa mulher, que muitas vezes a violência física vem junto da violência psicológica, a gente tem atenção, a gente tem políticas educacionais para os filhos dessa mulher e para essa mulher mesmo, para ela conseguir um emprego, para ela ter trabalho e ter autonomia suficiente para poder decidir sobre a própria vida, a gente está falando sobre habitação, um problema seríssimo na nossa cidade, a gente estava aqui alguns dias atrás discutindo esse tema, o quanto ele é caro, principalmente para as mulheres trabalhadoras, e é um elemento material dificultar para que ela possa, de fato, no contexto de violência, sair de casa e resguardar sua integridade e dos seus filhos, e por fim deixar a provocação também de uma resposta, um instrumento que eu acho muito relevante que é a articulação e o contato entre mulheres, mulheres historicamente ajudam mulheres, as mulheres quando precisam sair de casa para resolver um problema aqui no centro e não tem com quem deixar o filho, fica com a vizinha, fica com a amiga, quando tem alguma coisa para desabafar, a cabeça está pesada, não consegue pensar sobre o que está passando, chama uma amiga para conversar, desabafa, amiga ajuda a pensar junto uma resposta, então acho que criar mais espaços, a gente tem feito isso bastante no gabinete, as rodas de conversa sobre autocuidado, a gente tem tentado fomentar de alguma forma espaços para que as mulheres estejam em contato, percebam que o sofrimento delas não é só delas, que as coisas que acontecem dentro da casa delas não acontecem só ali, há uma repetição sistêmica em muitas outras casas e muitos outros lares e que isso possa garantir que elas tenham de alguma forma o conforto ali nas suas amigas, o fortalecimento, entendam todo esse ciclo de violência, consigam pensar uma vida melhor para si, um futuro digno, um futuro que elas merecem de amor e de cuidado, que infelizmente a Lei Maria da Penha sozinha não é capaz de garantir".

Vereadora Júlia Casamasso passou a palavra para Cecília Vieira. **Cecília Vieira** "Boa noite a todas e todos, é um prazer estar aqui, estou muito feliz, muito honrada, saudar esse espaço tão importante, parabenizar e agradecer ao mesmo tempo a vereadora Júlia e a Coletiva Feminista Popular por esse convite que eu fico sempre feliz de poder estar no espaço, para a gente pensar junto, para a gente, como Camila falou, trazer a partir da prática e da experiência para construir junto, para fazer propostas para além do que já está colocado, até por isso fiquei ouvindo vocês com muita atenção e pensando qual pode ser a melhor contribuição que eu tenho a fazer considerando os sete minutos, qual pode ser a minha melhor utilidade para as companheiras que estão aqui até esse horário, para os companheiros que estão aqui e aí eu vou dar só uns passinhos atrás para contextualizar, eu, como Júlia falou, sou advogada popular, trabalho com comunidades e povos atingidos pelo que a gente chama de atingidos pelo modelo de desenvolvimento, que é o quê? Modelos que a gente vive aqui, o nosso país é da extração, a nossa riqueza não fica para a gente, não produz riqueza para gente, não produz prosperidade para todo mundo, a gente vive esse modelo extrativo, então os nossos povos e comunidades estão atingidos por mineração, com água contaminada, sofrendo com desastres ambientais, por situações que a gente já tem sabedoria popular e científica para resolver várias dessas coisas, então eu estou nessa frente, que foi a frente onde eu conheci a Thaís também, uma grande companheira da assessoria jurídica popular, trabalhando com as comunidades e

povos atingidos e qual é um padrão que a gente nota, as mulheres nas suas comunidades, nos povos quilombolas, indígenas, atingidos por desastre são geralmente as lideranças, de fato, seja no cotidiano, ainda que elas não sejam a liderança eleita na associação de moradores, as mulheres muitas vezes são as lideranças, de fato, tanto do cotidiano, daquele processo organizativo, do enfrentamento específico a uma grande empresa que está destruindo o seu território, são as lideranças, de fato, que estão gerando e organizando grandes processos de enfrentamento, de denúncia, mas também garantindo a vida no cotidiano, garantindo que quem precisa tomar remédio, está tomando remédio, quem precisa comer, está comendo, garantindo a horta, garantindo plantio, garantindo a vida e o cotidiano e essa é uma reflexão que a gente faz muito em conjunto com as lideranças populares comunitárias nos territórios atingidos que é "Por que são as mulheres?" Temos uma vocação para o cuidado? A gente nasce com isso? A gente nasce com essa essência? Com essa vocação? Esse chamado para o cuidado? E esse debate a gente faz com muita escuta ativa e muita sensibilidade com as mulheres, as meninas, mas também com os companheiros, com as comunidades, e a nossa provocação geralmente é, e aí pensando a partir do que foi falado também, como Kethleen e como Júlia falaram, a verdade é que somos socializadas para isso e a violência, inclusive a violência doméstica e familiar, é um componente essencial nessa socialização porque o que é a socialização, é você adaptar uma pessoa a um certo tipo de tratamento, como que você adapta meninas e mulheres para uma vida de possível humilhação, assédio no ônibus, assédio no trabalho, violência doméstica do companheiro, do irmão, do marido, na rua, em casa, como que você faz a adaptação social de meninas, mulheres, das pessoas a um tipo de sociedade que no nosso caso é uma sociedade patriarcal, como que você adapta as meninas a isso e a violência é um motor muito importante nesse processo de adaptação nossa, a violência cotidiana, porque ao patriarcado é uma violência que é direta, essa violência que a gente está falando aqui, a violência dentro de casa, agressão, o feminicídio, ameaça, o estupro, é a violência direta mas também é a violência difusa, estrutural, da falta de atendimento, de dar com a cara na porta, enfim, são muitos tipos de violência restringindo e garantindo que aquela menina vai crescer para saber qual é o seu lugar, para falar mais baixo, para não denunciar um certo tipo de violência, então a gente tenta debater com as comunidades e com as lideranças, com as nossas companheiras, o que é esse processo, o que é esse processo da nossa adaptação a isso, e são muitas instituições, são todas as instituições da nossa cultura convocadas para essa nossa adaptação e para adaptação também dos meninos e dos homens a esse processo, de fazer parte desse sistema, acho que essa é a melhor contribuição que eu tenho a fazer aqui, porque uma outra coisa que as comunidades me ensinam muito, é muito importante a gente fazer denúncia, porque o que a gente vive é muitas vezes graves, são processos de violação de direitos muito básicos, de direitos humanos, de moradia, de integridade física, num processo de agressão, violência, então a gente tem que fazer denúncia, mas a gente também tem que fazer anúncio, anúncio de um mundo novo, anúncio do que a gente quer, porque a gente tem plano, a gente tem proposta, a gente tem plano de vida coletivo para todos e todas nós, então acho que eu estou tentando fazer uma fala que convocasse para esse anúncio também, pensando nesse eixo da adaptação como e porque somos adaptadas para isso, e como que estão as nossas meninas e meninos, onde que eles estão sendo socializados? Como os meninos enxergam as meninas? Quem está socializando esses meninos? Se as

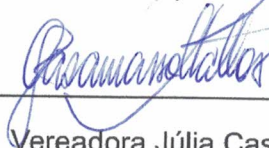
mães passam o dia inteiro sobrecarregadas, se não tem creche, se a gente está perdendo com a destruição do mínimo bem estar social que a gente tinha e de políticas, equipamentos, que são muito importantes, a gente não tem mais muitos espaços do comum, do comunitário, para a gente construir os nossos valores em comum, onde que esses meninos estão sendo socializados? Como que eles crescem para virar homens que aprendem que as mulheres não valem nada ou que valem pouco, ou que você pode bater, que você pode dar na cara, onde está acontecendo essa socialização? Então acho que esse é um debate importante da gente fazer que é quem está adaptando meninas e meninos, homens e mulheres para isso, uma socialização por um lado para submissão e uma socialização por outro lado para dominação, a boa notícia, eu acho, que se algo é aprendido pode ser desaprendido, mas requer muito trabalho, muito trabalho de base, muita articulação, como Kethleen falou, muita conversa, muito militância, muito estudo, muito trabalho e muitos espaços assim como a vereadora, como a Coletiva, convocaram hoje, eu queria agradecer novamente, dizer para gente sair daqui talvez com essa reflexão de que os homens que cometem esses crimes sobre as quais a gente está falando agressão, a violência contra mulher, a violência doméstica, os homens que cometem essas violências eles não são monstros, inclusive porque eles não são exceções, eles muitas vezes são nossos irmãos, nossos companheiros, nossos pais, nossos tios, nossos amigos, se eles não são monstros, eles são o que? E não são, eles são produtos perfeitos de um sistema que adaptou eles para aquele comportamento, do tipo de vídeo que eles consomem, do acesso à internet que eles têm, do que está representado no cinema, do consumo excessivo de pornografia. Em 2022, saiu um estudo dizendo que a exposição, a idade média de exposição a pornografia é de 12 anos, então quem está socializando essas crianças? Somos nós? Somos nossos equipamentos? São os espaços em que a gente constrói valor em conjunto? Então deixo essa reflexão para a gente pensar junto, para a gente reconstruir um pacto, um contrato social entre nós para a gente se adaptar de outra forma e construir uma outra sociedade, porque vai depender disso, de espaços de articulação, de trabalho de base, e agradecer e deixar essa mensagem meio que de esperança, se é aprendido pode ser desaprendido, e eu acho que a luta feminista e a luta comunitária, luta popular de base, essa aposta civilizatória mesmo de uma nova sociedade, porque o feminismo aposta é a libertação, com a libertação das mulheres vai viver necessariamente a libertação de todo mundo, boa noite gente, obrigada". **A Vereadora Júlia Casamasso** retornou a palavra para mesa para considerações finais. **Vereador Dr. Mauro Peralta** em suas considerações finais fez um breve resumo de tudo o que foi relatado neste documento durante a audiência pública, assim como informou ao público que a audiência foi gravada e que haverá uma ATA que será disponibilizada para todos. **Vereadora Júlia Casamasso** fez o uso da palavra "Bom, para finalizar foi muito bom esse encontro, muito bom ouvir todos e todas vocês, nós sabemos que esse tema não é só relevante, ele é urgente e por isso nós estamos aqui dispostas não só a fazer essa audiência pública mas esse aqui é um primeiro passo para pavimentar uma longa estrada de políticas públicas para as mulheres, nós estamos nas comunidades, estamos fazendo rodas de conversa da revolução do autocuidado, a gente sabe da necessidade de socializar o trabalho de cuidado, porque só assim a gente vai romper com essa violência estrutural, então eu queria falar alguns encaminhamentos aqui o principal deles é que a gente se disponibiliza, eu sou presidente da Comissão dos Direitos da Mulher na Câmara, então a gente se,

disponibiliza a criar um grupo de trabalho com todas as entidades aqui presentes para que a gente possa dar andamento a todas as sugestões que foram colocadas aqui hoje, para que a gente possa batalhar para trazer a DEAM para Petrópolis, para que a gente pense nas possibilidades para ter um abrigo, uma casa de acolhimento, uma casa de passagem ou o que for melhor dentro das estruturas do Poder Executivo, que a gente consiga aproximar a Patrulha Maria da Penha da Secretaria de Educação, que a gente também mande um ofício para a 105 DP e a 106 DP solicitando que os casos de violência doméstica sejam enquadrados na lei Maria da Penha e não na 9.099, para que a gente também indique a Defensoria e o Juizado e aqui já firmando o nosso compromisso porque a gente precisa, de fato, avançar para construir essa rede de políticas de apoio e garantir que as mulheres consigam sair dos relacionamentos violentos e abusivos e também garantir que as mulheres não sofram tantas violências cotidianas, nós construímos um projeto de lei, é principalmente fruto da pesquisa e da elaboração Legislativa da nossa companheira Carol Bessa, a gente protocolou hoje, ele dispõe sobre a concessão do benefício de auxílio de aluguel social destinado às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Petrópolis para que a gente possa garantir que essa mulher saia desse relacionamento abusivo, então aqui está um primeiro projeto de lei, eu espero que seja o primeiro de muitos, para que a gente consiga de fato avançar para a melhoria da sociedade para construir uma sociedade mais justa principalmente para as mulheres, muito obrigada, agradeço a todos e todas os que estiveram conosco nessa noite ficaram aqui até o final, até essa hora, a todo mundo que está em casa acompanhando a gente, discutindo, pensando nesse tema tão relevante para proteção das mulheres, neste momento declaro encerrada esta audiência pública". Eu, Anna Carolina Bessa, Assistente de Apoio às Comissões, assinou e digitou esta ATA.



Anna Carolina Bessa

Assistente de Apoio às Comissões



Júlia Casamasso
Vereadora

Vereadora Júlia Casamasso

Presidente da Comissão Direitos da Mulher



Vereador Dr. Mauro Peralta

Secretário da Audiência Pública

Gilda Beatriz

Vereadora Gilda Beatriz

Vice-Presidente da Comissão Direitos da Mulher

Eduardo do Blog
Vereador

Eduardo do Blog

Vereador Eduardo do Blog

Praça Visconde de Mauá, 89, Centro, Petrópolis – RJ. CEP: 25685-380
Telefone: 2291-9261/ 2291-9262
E-mail: juliacasamasso@petropolis.rj.leg.br